

Centro Universitário Processus

Prática Extensionista

RELATÓRIO FINAL (semestre/ano)

CURSO: Direitos Humanos
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: Agrotóxicos e a proteção jurídica dos trabalhadores
PERÍODO DE EXECUÇÃO:
Data Início: 17/02/2025 Data Término: 02/06/2025
EQUIPE:
Nome completo: Emily Meireles Santos/241318000123; Maria Elisa Abiorana Feitosa/222310000023; Gabriela Pastana Progenio/232318000023; Flavia de Sousa Lima/24232180000082; Ana Luiza Spinola Gonçalves/2113180000351; Bárbara Mesquita Borges/2310010000106; Gabriela Santos Da Silva/2213180000229; Ana Vitória Pedraça/ 2323180000156; Yamin Ribeiro Dantas/ 2423180000153
PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) (orientador (a)): Alberto Carvalho Amaral
INSTITUIÇÃO PARCEIRA: Defensoria Pública do Distrito Federal
PÚBLICO-ALVO: Comunidade

Centro Universitário Processus

RESUMO: O uso intensivo de agrotóxicos no Brasil representa uma grave ameaça à saúde dos trabalhadores rurais que são expostos diariamente a substâncias tóxicas no exercício de suas atividades. Essa exposição pode causar desde intoxicações agudas até doenças crônicas como câncer, problemas neurológicos e respiratórios. Para enfrentar essa realidade, o ordenamento jurídico brasileiro estabelece uma série de mecanismos de proteção. A Constituição Federal garante o direito a um ambiente de trabalho seguro, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio de Normas Regulamentadoras como a NR-31 (trabalho rural) e a NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA), obriga os empregadores a identificar e controlar os riscos relacionados ao uso dessas substâncias, embora sua aplicação ainda enfrente fragilidades, especialmente quando à fiscalização.

A legislação também prevê a responsabilização civil e penal do empregador em casos de intoxicação ou doenças ocupacionais, assegurando ao trabalhador o direito à indenização por danos materiais, morais e à saúde. Paralelamente, políticas públicas como a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, o Plano Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRARA), e programas de vigilância em saúde têm como objetivo prevenir a exposição, promover campanhas educativas, garantir o atendimento médico especializado e incentivar práticas agrícolas sustentáveis.

No entanto, a efetivação dessa proteção jurídica e institucional ainda enfrenta muitos desafios, como a informalidade no trabalho rural, a falta de acesso à informação, a ausência de Equipamentos de Proteção Individual adequados e a dificuldade de acesso à justiça por parte dos trabalhadores. Portanto, para que os instrumentos legais e políticos voltados à proteção dos trabalhadores contra os efeitos dos agrotóxicos se tornem plenamente eficazes, é necessário que fortaleça a fiscalização, e que se implemente políticas públicas e promova um modelo agrícola mais justo e sustentável.

RESULTADOS ESPERADOS: realizar orientação jurídica por meio da panfletagem com o objetivo de orientar a respeito do Uso de agrotóxicos e a proteção jurídica dos trabalhadores

Houve o investimento de R\$180,00 (cento e oitenta reais) para que fosse realizada a distribuição dos panfletos, e por meio deles, a orientação jurídica a respeito do tema.

Centro Universitário Processus

Quantidade de beneficiários (estimativa): a estimativa de beneficiários é de 50 pessoas ao todo, esgotando os panfletos informativos que foram impressos a respeito do tema. Indiretamente, foram beneficiadas 200 pessoas.

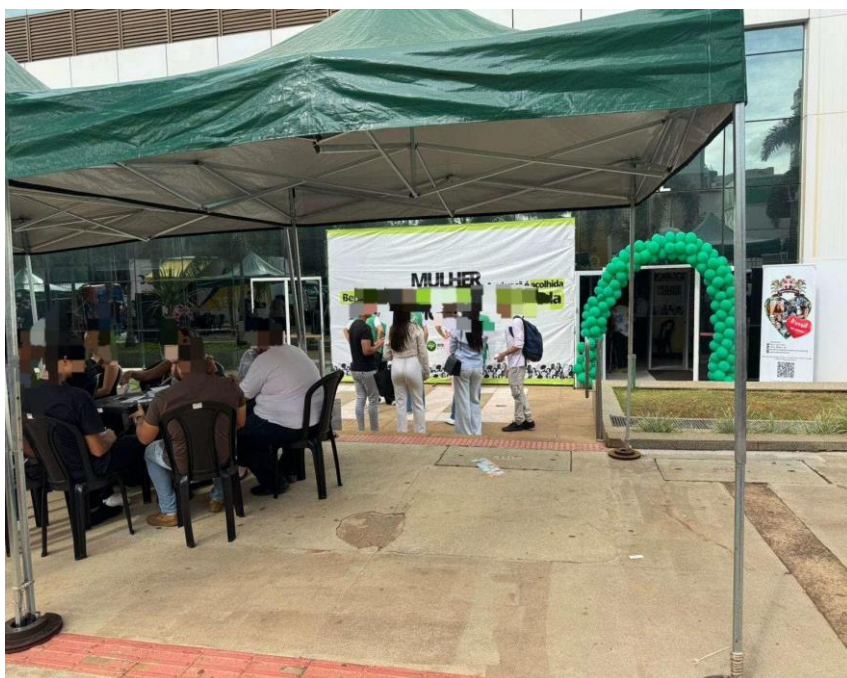
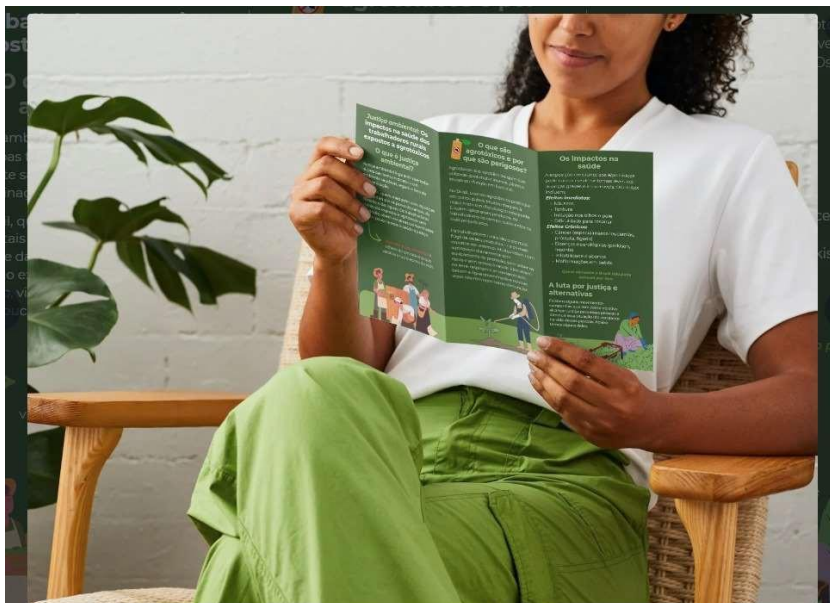
Observações:

ANEXOS AO RELATÓRIO:

Descrever qual(is): Material educativo: cartilha/panfleto



Centro Universitário Processus



Centro Universitário Processus





Centro Universitário Processus

Professor(a) articulador(a)

Coordenador(a) de Curso

Coordenador(a) de Extensão